

ca, á venda do hiato *Santa Isabel*, que se acha encalhado junto ao quartel da inspecção do arsenal da marinha, onde pôde ser examinado todos os dias pelas pessoas a quem convier.

Sala das sessões do conselho de administração da marinha, 19 de maio de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 19 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 72 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração de voto:

Declaro que na sessão de 16, rejeitei: 1.º O requerimento do sr. deputado Mello Soares, para serem discutidos conjuntamente os artigos 4.º a 8.º do projecto n.º 22.

2.º O requerimento do sr. deputado Nogueira Soares, para se discutirem conjuntamente os artigos 9.º a 12.º do dito projecto.

3.º O requerimento do sr. deputado Pinto Martins, para se prorogar a sessão até se votar o dito projecto.

4.º Os artigos 4.º a 12.º do referido projecto de lei n.º 22. — A. Xavier da Silva.

Manda-se tambem lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Silveira Menezes, de que o sr. Fonseca Coutinho não pôde comparecer á sessão de 16, nem poderá comparecer a mais algumas, por incommodo de saúde. — Inteirada.

2.ª Do sr. visconde de Pindella, de que tendo visto no *Diário da Camara* que não compareceu ás sessões de 2 e 3 de maio, declara que compareceu ás mencionadas sessões. — Inteirada.

3.ª Do sr. Arribas, de que o sr. J. A. Maia, por motivo de doença não compareceu á sessão de hontem, e pela mesma razão deixará de comparecer a mais algumas. — Inteirada.

4.ª Do sr. Sousa Machado, de que o sr. Claudio José Nunes, por justos motivos não pôde comparecer á sessão de hoje. — Inteirada.

5.ª Do sr. Feijó, de que não assistiu á sessão de hontem por motivo justificado. — Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio da camara dos dignos pares, participando terem sido ali approvadas as propostas de lei: uma autorisando o governo a applicar ás despesas extraordinarias da provincia de Angola até 100.000.000 réis; e outra sobre a concessão de diversas vantagens nos officios e mais praças e empregados que façam parte da expedição que vai á provincia de Angola. — Para a secretaria.

2.º Uma representação dos cidadãos contribuintes do concelho de Fornos de Algodres, contra as medidas financeiras, apresentadas pelo governo. — A commissão de fazenda.

3.º Dos habitantes de Coimbra, no mesmo sentido que a antecedente. — A mesma commissão.

4.º Dos habitantes do concelho de Fafe, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

5.º Dos habitantes do concelho de Pombal, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

6.º De alguns cidadãos do concelho de Leiria, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

7.º De alguns habitantes do concelho de Torres Vedras, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

8.º Da camara municipal e administrador do concelho de Penval do Castello, pedindo a criação de uma comarca no seu concelho. — A commissão de estatistica.

9.º Dos professores de instrução primaria dos concelhos de Porença a Nova, Certã, Oleiros, Villa Velha do Rodão e Villa de Rei, pedindo augmento dos seus vencimentos. — A commissão de fazenda, ouvida a de instrução publica.

10.º Dos negociantes da cidade de Vizeu, pedindo a revogação das leis que impõem ao commerciante a obrigação de tirar licenças para vendas ambulantes em praças publicas ou em lojas. — A commissão de administração publica.

11.ª Da camara municipal de Lagos, pedindo a approvação da estrada litoral do Algarve com a directriz marcada no contrato Langlois. — Ao governo.

12.º De alguns habitantes da cidade de Evora, contra a desamortisação dos bens das freiras. — A commissão de fazenda.

13.º Das religiosas do convento do Bom Jesus, de Vianna do Alentejo, contra a desamortisação dos bens das religiosas. — A mesma commissão.

14.º Da camara municipal de Coimbra, pedindo que se não defira inteiramente á pretensão do defensor da ordem terceira d'esta cidade sobre a concessão do terreno do cerco do extincto convento do Carmo. — A commissão de fazenda.

15.ª Da camara municipal de Vizeu, reclamando contra a proposta do sr. ministro da fazenda, na parte em que classifica esta cidade em segunda ordem para as collectas das imposições industriaes. — A commissão de fazenda.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Renovo o meu requerimento feito na sessão de 17 de março ultimo, pedindo que pelo ministerio do reino se remetam a esta camara todos os papeis relativos ao asylo da infancia desvalida, estabelecido em Oliveira de Azeméis por Antonio Pinto de Carvalho. — *Santos Lessa*.

2.º Tendo o governo declarado a esta camara, pelo ministerio da marinha e ultramar, que não podia remetter os documentos que acompanharam o officio de 25 de outubro de 1848, do governador de Macau, que fizera parte das instruções dadas ao commissario José Joaquim Lopes de Lima, as quaes pela commissão do ultramar foram pedidas em requerimento do 1.º de maio corrente, dando o governo como causa da não remessa o terem sido remetidos do ministerio da marinha para o dos negocios estrangeiros; requero se peça ao ministerio dos estrangeiros, que remetta a esta camara com urgencia os ditos documentos, nos quaes o governo nas referidas instruções declara achar-se demonstrado o verdadeiro estado da questão, e as vantagens que Portugal e a Hollanda tiram de um tratado de demarcação de possessões.

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 18 de maio de 1860. — Antonio Maria Barreiros Arribas.

3.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio das obras publicas, que visto terem-se desenhado os documentos que em 1854 foram enviados por aquelle ministerio para esta camara, sobre o orçamento das obras da barra de Villa Nova de Milfontes, se sirva reclamar e exigir dos respectivos engenheiros a remessa, em segunda via, do mesmo orçamento, remetendo-se com a possível

brevidade a esta camara para ulteriores providencias. — *Silva Cabral*.

4.º Renovo, pela quarta vez, o meu requerimento de 26 de março, em que pedia com urgencia as contas da receita e despeza do theatro de S. Carlos desde o principio da administração por conta do governo. — O deputado por Thomar, Antonio Eleutherio Dias da Silva.

5.º Tendo a camara municipal de Vizeu, com outras do districto, representado por varias vezes a esta camara e ao governo sobre o estado quasi intransitavel da estrada de Vizeu a Mangualde, aonde, alem de se fazer o principal mercado de cereaes e o regulador de seus preços, se fazem feiras mensaes, as maiores e mais concorridas da provincia, que se torna o principal centro de consumo dos lanifícios das fabricas de Covilhã, Gouveia, e mais localidades da Serra da Estrella, e no qual se fornecem os mercadores de grande e pequeno trato dos diferentes pontos da provincia, cumpre que o governo attenda a instantane necessidade da construção do pequeno lanço de duas leguas de estrada de Vizeu áquella villa de Mangualde, mandando proceder aos trabalhos preliminares para a sua feitura, e por isso requeremos que esta nota seja remettida ao governo, para a tomar na devida consideração. — Francisco Antonio Barroso — F. Coelho do Amaral — Jacinto José da Silva Andrade — A. de Gouveia Osorio — J. C. Ferraz de Miranda — Alberto Antonio de Moraes Carvalho — João de Mello Soares e Vasconcellos — Luiz Albano de Andrade Moraes — João Rebello da Costa Cabral — Francisco de Paula Pinto Tavares — José Maria da Costa e Silva — Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Proponho que esta camara lembre ao governo a necessidade de mandar na expedição, que ora se prepara, uma commissão de tres engenheiros civis do ministerio das obras publicas, e que tenham conhecimentos mineralogicos, alem dos outros.»

Esta commissão explorando quanto possível aquella parte das nossas possessões, informe o governo sobre a aptidão dos diversos pontos, suas condições climaticas, navegabilidade de seus rios, proporções agricolas e commerciaes, riquezas metalurgicas, etc.; e que estes relatorios sejam impressos na folha official á medida que forem chegando. Sala da camara, 18 de maio de 1860. — Affonseca.

É admittida á discussão.

O sr. Mello Soares.—requer que se consulte a camara para que esta proposta se reserve para quando esteja presente algum dos membros do gabinete. (Entra o sr. ministro da justiça.)

O sr. Presidente.—como acaba de entrar o sr. ministro da justiça estão satisfeitos os desejos da camara.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão).—tem conhecimento da proposta, porque já hontem a ouviu ler; mas a camara comprehenderá que não é o ministro respectivo d'aquella repartição, nem sabe mesmo os trabalhos especiaes que se têm preparado a este respeito, e por isso mal pôde apresentar uma opinião definida a este respeito, nem tomar especialmente sobre si a responsabilidade para declarar por parte do gabinete que aceita ou julga conveniente a proposta apresentada pelo illustre deputado, podendo contudo communicar ao seu collega, que talvez hoje mesmo esteja presente na camara, o estado em que se acha esta proposta; e por isso melhor será esperar pelo sr. ministro da marinha, até porque não julga a materia de tanta urgencia que seja preciso resolve-la já.

O sr. Affonseca.—apresentou na melhor boa fé do mundo, e prestando homenagem á solicitude e boa vontade do governo, uma proposta para lhe lembrar este assumpto, porque no meio dos trabalhos e cuidados em que o deve empenhar a expedição para Africa, é possível que alguma coisa esqueça. Não quer que se faça o que fez Napoleão I, que quasi levou metade do instituto para o Egypto, entrando n'esse numero o celebre Monge. Não ha nada mais rasoaavel do que a proposta que apresenta á apreciação da camara.

Quando não temos conhecimento algum do que existe n'aquelle paiz, dos seus recursos naturaes, de sua mineralogia, deve-se aproveitar o ensejo de uma expedição, e que reunidos a ella vá uma commissão de engenheiros para explorar aquellas ricas possessões, dizer-nos de que são capazes, e convidar por fideis relatorios capitães nacionaes e estrangeiros que se destinem á sua colonisação. Ha quasi quatro seculos que aquella possessão foi descoberta por Diogo Can, e o que temos nós feito até hoje? Nada; quando a America do Norte, que se tornou independente com dois milhões de habitantes, tem hoje trinta milhões; o que temos nós feito, repete, ha quatro seculos? Nada; porque ignoramos completamente de que são capazes aquellas vastas possessões; não temos explorado, nem conhecemos as suas ricas minas, em uma palavra, nada d'ellas sabemos.

Diz que temos ferro mandado analisar a Paris, e em que se encontrão 93 por cento de ferro puro, sendo muitissimo superior ao ferro da Suecia; temos o ouro, a prata, a malachite, o cobre, o estanho, o enxofre, o carvão; temos tudo; mas o que não temos é gente que ali tenha ido, e que com olhos scientificos dê uma idéa das forças do paiz e informe de que elle é capaz, tirando a metropole o partido que d'ali deve tirar.

O que deseja pois é que os engenheiros acompanhem a expedição, e que, explorando quanto possível aquellas regiões, enviem os seus relatorios, e que estes se vão publicando no *Diário de Lisboa*. Para vergonha nossa o unico livro que temos, sobre o qual se pôde aprender, é escripto pelo missionario Livingston que foi ás duas Africae, e a unica carta geographica que ha é tambem o seu itinerario; nosso pouco ha, e isso muito imperfeito.

Repete, pois, que apresentou a proposta na melhor boa fé, a camara decida como entender.

Deve contudo declarar que esta proposta não tem ressaibos de opposição, não a faz, e quando se resolvesse a entrar n'esse caminho, não a faria por certo em cousas que reputa de capital interesse para o paiz, porque este está e deve estar acima de tudo.

O sr. Mousinho de Albuquerque.—percebe-lhe que a proposta do illustre deputado, aliás feita na melhor boa fé, é invasora das attribuições do poder executivo, porque é a este que pertence determinar assumptos d'esta natureza, e não á camara. Se o illustre deputado se limitasse a fazer uma proposta em seu nome, para ser enviada ao governo para a tomar na consideração que merecesse, muito bem; mas uma proposta em nome da camara, para lembrar ao governo a necessidade de mandar tres engenheiros explorar aquelle paiz, aproveitando a occasião da expedição que para ali vai a fim de levar a ordem e a tranquillidade áquelles povos, não a julga admittivel na occasião presente.

O sr. J. M. de Abreu.—foi prevenido pelo seu collega o sr. Mousinho de Albuquerque; não lhe parece conveniente, que a camara tome uma deliberação sobre a proposta do illustre deputado, porque a camara iria intrometer-se nas attribuições do poder executivo; e se por ventura se tratasse de uma exploração mineralogica á costa de Africa, não nos deviamos limitar só áquelles objectos que o illustre deputado indica.

Entende, pois, que não é esta a occasião opportuna, quando se trata de mandar uma expedição para levar a ordem e a tranquillidade áquelle paiz,

de se mandarem engenheiros que hajam de explorar o mesmo paiz, o que só se pôde conseguir em tempo de paz; e mesmo quando fosse occasião opportuna, a proposta era incompleta, porque devia abranger outros objectos muito importantes, e por isso vota contra ella.

O sr. D. Rodrigo de Menezes.—pouco pôde acrescentar ao que se tem dito, no entanto faz algumas reflexões.

Já hontem vii remetter ao governo um requerimento recommendando ao sr. ministro das obras publicas, que se entendesse com o sr. ministro da guerra, e depois de se entenderem, resolvessem; mas esta proposta do illustre deputado invalida completamente o poder e a acção dos srs. ministros, e não sabe como ss. ex.ªs podem aceitar esta recommendação. Qualquer sr. deputado pôde fazer um requerimento para o governo o tomar na consideração que merecer, mas apresentar uma proposta para em nome da camara se fazer uma recommendação ao governo, é uma cousa contraria ao regimen e ás praticas da camara. Propostas d'esta ordem devem ser remetidas a uma commissão, e apresentar-se parecer sobre ellas. Ora a camara tem visto os esforços inauditos que o governo está fazendo para partir uma expedição, e que ainda o não pôde conseguir, tendo para esse fim pedido 100.000.000 réis, e o que o illustre deputado quer envolve despesas, e para isso era preciso que a camara autorisasse o governo tambem a fazê-las.

Entende, pois, que os srs. deputados se excedem n'estas recommendações que se estão a fazer ao governo, e por isso vota e votará contra todas, uma vez que não sejam para o governo as tomar na consideração que merecerem.

O sr. Justino de Freitas.—requer que a materia se julgue sufficientemente discutida.

Julga-se discutida, e posta á votação a proposta é rejeitada.

O sr. Couto Monteiro.—ha mais de um mez que pedi a palavra para chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas, sobre o pessimo estado em que se acha a ponte de Dois Portos, na estrada de Torres Vedras a Alhandra.

Aquella ponte foi construida ha muito tempo, e com dimensões appropriadas a uma estrada muito mais estreita e acanhada do que a actual, resultando d'aqui que a nova estrada em logar de entestar em toda a sua largura com a ponte, dá por um e outro lado d'ella sobre o rio que corre em grande profundidade. Acresce ainda que os para-que da ponte estão quasi totalmente destruidos, sendo escusado ponderar os perigos de d'aqui resultam á viação publica.

Já teve occasião de chamar a attenção de ss. ex.ªs sobre este objecto, e cre que ss. ex.ªs o terá tido na devida consideração; mas como actualmente se acha estabelecida uma carreira de diligencias entre Alhandra e Torres Vedras, é por isso muito mais para receiar qualquer sinistro. Pede de novo ao sr. ministro, que haja de dar as providencias para que desapareça este mau estado de cousas com a urgencia que o caso reclama.

Por esta occasião recommenda novamente ao sr. ministro uma representação da camara municipal de Torres Vedras, por elle, orador, apresentada ha mais de dois mezes, em que pede a continuação da linha telegraphica até áquella villa.

A camara offerece ao governo um donativo importante, que vem a ser o fornecimento gratuito dos postes para aquella linha dentro do concelho. Entende portanto que a representação deve ser attendida, como têm sido outras nas mesmas circumstancias, resultando d'aqui grande vantagem para o serviço publico.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa).—é verdade que depois da reconstrução da estrada a que se refere o illustre deputado, a ponte chamada dos Dois Portos ficára alguma coisa estreita em comparação da estrada que se acabou de construir, podendo por isso offerecer algum risco; no entanto pôde asseverar ao illustre deputado de que os reparos se vão fazer quanto antes, mesmo porque para isso não são precisos grandes meios. Em quanto á exigencia da camara municipal de Torres Vedras, diria que o governo tomou em consideração o pedido d'esta municipalidade; mas o governo tem tratado primeiramente de ligar as capitães dos districtos, e ainda falta uma, que é a da Guarda; logo que esta esteja concluida, tratar-se-ha de continuar a estabelecer a rede importante de telegraphia electrica, e sobretudo serão preferidas aquellas localidades, que, como a de Torres Vedras, offerecem um beneficio tão valioso para a continuação d'aquelle trabalho.

O sr. Visconde de Pindella.—chama a attenção do nobre ministro das obras publicas, relativamente ao estado das caldas de Vizella, no concelho de Guimarães; e faz sentir a ss. ex.ªs a necessidade de que o governo tome a iniciativa sobre este importantissimo objecto, visto ser, não uma obra recommendada pelos interesses da localidade unicamente, mas sim do paiz em geral, pois que todo elle aproveita com elevar-se ás condições precisas aquelle util estabelecimento.

Que a camara municipal de Guimarães, a que elle, orador, tem tido a honra de presidir, não se tem esquecido, como devia, de prestar todo o seu cuidado para melhorar aquelle estabelecimento, porém que não pôde ella pelos seus pequenissimos recursos levar-lhe o melhoramento de que tanto carece; que já ha tempos aquelle municipio pediu ao sr. dr. Pereira Reis, da cidade do Porto, pessoa a todos os respeitos competetissima, para se encarregar de alguns trabalhos a este respeito, ao que ss. ex.ªs annuiu da melhor vontade; e que muito lhe apraz vir ao centro do parlamento dizer isto, como prova da sua gratidão por tão distinctos obsequios como aquelles que o sr. dr. Pereira Reis tem prestado, e continua a prestar a estas caldas.

Porém é preciso que as obras ali sejam em grande escala, para o que pede a attenção do nobre ministro, bem como o favor de responder a esta sua primeira pretensão, o que espera obter de ss. ex.ªs, que primeiro que ninguém reconhece a importancia d'este objecto, e o não poder continuar no estado em que se acha aquelle estabelecimento, tão rico de aguas, e tão pobre de attensões!

O sr. Mousinho de Albuquerque (Antonio de Serpa).—já em outra occasião disse que tinha mandado estudar não só as aguas thermaes de Vizella, como as de Monção, porém está informado de que esses estudos ainda não estão completos. Reconhece como o illustre deputado, a necessidade do melhoramento do estabelecimento das aguas de Vizella, e constando-lhe que se quer organizar uma companhia para este fim, e que só exige que o governo lhe conceda um engenheiro para fazer os estudos e dirigir as obras, o governo não tem duvida alguma em annuir aos desejos da companhia, logo que ella se ache organizada.

O sr. Menezes Pitta.—pede ao sr. ministro das obras publicas algumas explicações sobre a falta da execução da carta de lei de 29 de fevereiro de 1859, em virtude do qual o governo foi autorisado a levantar um emprestimo até á quantia de réis 120.000.000 para a estrada de Caminha a Valença, com um ramal por Coura.

Consta que o antecessor de ss. ex.ªs mandára perguntar á direcção da companhia *vição viannense*, se podia levantar esse emprestimo para aquellas obras. Essa direcção que é composta de cavalheiros respeitaveis, não só pela posição em que se acham, mas pelos muitos e relevantes serviços que tem pres-

tado ao paiz, e mesmo têm tomado muito a peito os melhoramentos d'aquella provincia, convocou a assembleia geral dos accionistas, e depois informou que, tratando de fazer uma subscrição para esse emprestimo, a qual chegára a cifra de 63.000.000 réis, isto foi communicado ao sr. ministro em agosto do anno passado, e o sr. ministro ainda não respondeu. Não sabe os motivos que tem havido para uma tal desconsideração; o que sabe é, que as obras publicas n'aquella provincia têm sido completamente descuradas pelo actual governo, em quanto que durante o ministerio a que o nobre ministro e os seus amigos denominavam dormentes, não acontecia isso, e ha quatorze mezes que se tem construido n'aquella estrada novecentos e cinco metros, apesar do apparelho do funcionalismo estar montado, e montado em grande escala.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa).—o illustre deputado acaba de responder a si proprio. O governo não usou da autorisação concedida pela carta de lei a que se referiu o sr. deputado, por isso que, com as condições com que aquelle emprestimo devia ser feito, nunca podia ser realisado. O sr. deputado acaba de dizer que não foi possível alcançar uma subscrição superior a 63.000.000 réis, quando as sommas necessarias para fazer a obra eram de 120.000.000 réis; mas apesar d'isso o governo mandou fazer os estudos, e logo que estejam promptos se procederá ás obras. Da sua parte não tem havido desconsideração para com a provincia do Minho, e todos sabem que esta provincia é uma d'aquellas que tem mais meios de communicação (apoiados).

Se as obras publicas dormem é necessario que o illustre deputado apresente as provas, pois não basta só dizelo. A camara votou no anno passado para obras publicas 1.100.000.000 réis; o anno economico estar a findar; no *Diário de Lisboa* publicam-se os mappas tanto das obras feitas, como das sommas despendidas, e se o illustre deputado provar quando se chegar ao fim do anno economico, ou mesmo desde já, fazendo-se a conta proporcionalmente, que com essas sommas gastas se têm feito menos obras do que se deviam fazer, dirá então que o sr. deputado tem razão.

O sr. Gomes de Castro.—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas, acerca da promessa que ss. ex.ªs fizeram com relação aos estudos tanto da barra de Espozende como para os melhoramentos do rio Cavado. Ss. ex.ªs disse na camara, que mandaria proceder a esses estudos, e a si em particular, que já ordenára a sua confeção; porém acaba de receber uma carta de Espozende em que se lhe diz que taes estudos não tinham ainda principiado.

Tendo apresentado duas propostas, que foram remetidas á commissão de obras publicas, e que esta, segundo a resolução da camara, remetteu ao governo, pede que ss. ex.ªs se dignem tomá-las em consideração. Estas propostas tendem a que se votem os meios necessarios para se fazerem dois ramos indicados na mesma proposta.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa).—não tinha faltado á sua promessa, por que já ordenou ao sr. Couceiro que fizesse estes estudos; porém este digno e distincto engenheiro tem estado occupado de outros trabalhos tambem importantes, e agora tem de ir a França estudar o novo systema de quebrar os rochedos que obstruem as barras, e mesmo de comprar osapparehos respectivos; mas não se poderá demorar mais de um mez, e logo que venha se procederá a esses estudos.

O nosso pessoal para obras publicas não é muito grande, e o sr. deputado sabe que tendo a camara votado meios para obras em diferentes pontos, depois d'ellas começadas não é possível abandoná-las, achando-se por isso esse pessoal todo empregado n'essas diversas obras, e preparando estudos para outras.

O sr. Mousinho de Albuquerque.—apresenta uma representação da camara dos Oliveiras, á qual confia que o governo fará justiça.

O sr. Pinto de Albuquerque.—felicita-se por ter chegado a occasião de lhe ser concedida a palavra, pela qual tem instado ha mais de quinze dias, para mandar para a mesa uma representação da camara municipal da Certã, que é a renovação de algumas mais que tem levado a outras instancias, mas sem effeito; pede providencias contra as camaras municipaes de Coimbra e da Barquinha, que, contra a terminante disposição dos artigos 142.º e 143.º do codigo administrativo, impõem o tributo de 20 réis em cada um alqueire de azeite que atravessa os seus concelhos, não sendo n'elles consummido. Em virtude, pois, d'esta infracção de lei, pretende interpellar o sr. ministro do reino, mas antes d'isso pede os documentos constantes do requerimento, que lê e manda para a mesa.

O sr. Moraes Soares.—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Chaves, pedindo que a directriz da estrada de Braga a Chaves atravessa o concelho de Barroso, atravez de Mont'Algre.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 41

O sr. Palma.—não subiu á tribuna para defender o contrato em discussão, porque ainda não foi combatido; limitando-se por isso a fazer algumas observações sobre alguns pontos que tem sido tocados. Mas antes d'isso fallaria de um objecto que lhe é pessoal.

O sr. deputado por Lagos, tomando hontem a palavra em defeza do projecto em discussão, disse que votava por contratos de empreitada em grande, de preferencia á administração por conta do estado, e que entre os motivos que actuavam no seu espirito para assim pensar, era o preço, porque nos tem saído as obras por conta do estado, referindo-se especialmente ás do districto d'onde é natural e representante.

Mas o sr. deputado referindo-se a essas obras, não achou um motivo mais plausivel de explicar a morosidade d'ellas, senão o abuso de alguns empregados terem venhações (foi a expressão de que o illustre deputado usou) a ganharem para elles nas mesmas obras.

A historia das obras publicas do Algarve, de que elle, orador, foi director desde 1849 até 1858, cuja demissão já por vezes tinha solicitado, e de que dá testemunho de agradecimento ao competente ministro, é conhecida de todos, e estima que o illustre deputado se referisse a essas obras para ter occasião de dizer alguma cousa a este respeito.

A historia de dois empregados terem cavalgaduras e um ou dois carros no serviço das obras do Algarve, tem merecido a attenção dos ministros, chegando a haver confidencias entre o governo e o governador civil, e d'este para o governo.

Havia ali um escripto pagador, que é um digno official do exercito, que se dizia ter dois carros e cavalgaduras empregados no serviço das obras publicas. Ha um regulamento do ministerio das obras publicas, que prohibe que os empregados tenham transportes por sua conta no serviço das obras, e constando ao ministro este facto mandou averiguar se elle era verdadeiro, e verificou-se que os carros não eram do homem, mas sim de sua sogra.

Dizia-se a mesma cousa a respeito de um apontador, e tambem se verificou que não eram seus, nem os carros nem as cavalgaduras, e tanto uns como outros estavam sujeitos ás regras de disciplina que existiam, e eram-lhes descontados quartos, meios dias, ou dias inteiros, como succedia aos outros.

Sente que o illustre deputado não encontrasse outro motivo na carestia das obras publicas do Algarve, senão este, quando de certo conhece tão bem aquella provincia como elle, orador.

Tambem entende que a administração das obras publicas por conta do estado não é conveniente; não por culpa dos engenheiros nem dos empregados, mas porque o governo não tem os meios necessarios para ellas se fazerem como convém.

Na estrada de Tavira a Faro construiu-se a ponte chamada das Lavadeiras, e entre ella e a ponte do Rio Seco havia um cavalleiro que ameaçava ruina, se se não tratasse de construir a ponte do Rio Seco.

Por vezes pediu ao governo que lhe desse meios para poder evitar o desastre que estava imminente; e a resposta do ministro foi que não podia dar mais do que o duodecimo da receita que estava votada para aquellas obras, e o resultado foi haver uma cheia extraordinaria, e o cavalleiro cair, causando um estrago que deu logar a gastarem-se uns poucos de contos de réis.

Este é um dos motivos porque as estradas ali têm custado caras. Alem d'isso a estrada do litoral tem dado logar a cortes de terrenos arborizados, que tem obrigado a indemnisações mais avultadas. Por consequencia, não são os carros que tem causado a carestia d'aquellas obras, mas estas e outras circumstancias que aponta, sendo uma das principaes a falta de meios da parte do governo; e é n'este sentido que concorda com o illustre deputado, em que é mais conveniente fazer estas obras por empreitada, pois está certo que qualquer empreiteiro, logo que se fez a ponte das Lavadeiras, não deixava de construir a do Rio Seco immediatamente, para prevenir o prejuizo que depois causou a queda do cavalleiro.

As obras publicas do Algarve têm dado logar até a syndicações da parte do governo, syndicações que elle, orador, recebia sempre a umas poucas de leguas de distancia, fingindo de proposito ignorar que tal se dava, para dar tempo a que a pessoa encarregada de syndicar podesse examinar á sua vontade tudo o que havia.

Entrando propriamente no objecto em discussão, respeitando muito, como respeita, o primeiro orador que abriu o debate, distincto juriconsulto, não pôde fazer mais do que oppor á sua opinião sobre o ponto especial em que divergiu da opinião do governo, isto é, sobre o modo de contar o praso para o concurso, a opinião de outros juriconsultos tambem distinctos, que pensam no sentido inverso ao de ss. ex.ªs. Depois d'esto distincto juriconsulto occupou a tribuna o seu collega o sr. Garcez, e disse que, se soubesse que a camara lhe aceitava uma pequena modificação, votava pelo contrato; mas a final rejeitou o projecto, menos a estrada de Trancoso; essa era conveniente, todas as mais, a do litoral do Algarve e outras não têm merecimento algum na opinião do illustre deputado.

Mas a modificação apresentada pelo illustre deputado não se pôde traduzir de outro modo senão na falta de confiança que tem no governo. Pois pôde o sr. deputado temer seriamente que o governo vá abonar por um simples pontilhão 10.000.000 réis, quando as nossas obras de arte feitas nas nossas estradas nunca chegaram nem a metade d'essa somma? Pois o governo que tem sobre si o meio de fiscalisar e de approvar os projectos, não ha de attender aos interesses da fazenda para attender ás vantagens dos empreiteiros? É impossivel. Mas isto não é senão negocio de confiança, e o illustre deputado como não confia no governo, está no seu direito em rejeitar o contrato.

O sr. deputado viu no artigo 11.º do contrato a facultade do emprezario importar de fóra pedra e cal, e estranhou que fosse necessario importar de fóra estas materias; mas ss. ex.ªs sabe muito bem que outros objectos pôde o emprezario precisar para a construção das estradas, como machinas de esgoto, ferramentas e muitas outras cousas que lá fóra custam mais baratas.

O contrato por ora ainda não foi atacado; o illustre deputado mesmo disse que votava por elle, se lhe admittissem uma pequena emenda para definir as despesas das obras de arte; mas essa definição supprime elle, orador, pela confiança absoluta que tem no ministerio, e vota pelo contrato porque lhe parece bom, porque effectivamente o preço das obras por administração é superior ao preço contratado, e porque não estamos em circumstancias de fazer obras por administração, porque não temos meios para isso, e o paiz precisa de ter viação em pouco tempo.

O sr. Avila.—o illustre deputado que acaba de fallar, deu-lhe mais um argumento que confirma as apprehensões que tinha em relação ao contrato em discussão, porque disse que se tivesse a certeza de que o sr. Antonio de Serpa havia de ser capaz de ter condescendencia com a empresa de que resultassem os inconvenientes que ponderou o sr. Garcez, votava contra o contrato. Quer dizer que o contrato é mau se houver um ministro que possa ter condescendencia; e como elle, orador, não sabe se o sr. Antonio de Serpa é que ha de executar o contrato; como não sabe se a parte das obras publicas poderá ser confiada a um ministro que não tenha a coragem necessaria para deixar de ter condescendencias, por isso vota contra o contrato (apoiados).

Tem sempre grande repugnancia a contratos d'esta natureza. Durante o tempo que esteve no ministerio, algumas propostas foram feitas ao governo n'este sentido, que encontraram sempre desfavor da sua parte, porque entendia que essas propostas só mereciam ser approvadas, quando nos podessem dar duas grandes vantagens. Primeira, que as estradas fossem concluidas n'um praso de tempo muito mais curto do que aquelle em que eram contruidas pelos nossos engenheiros. Segunda, que estas estradas fossem feitas por um preço muito inferior áquello por que saíam ao thesouro. Todos se queixavam e continuavam a queixar-se da má administração do governo em relação a estradas, e o sr. deputado que acabou de fallar confessou mesmo que não sympathizava com este methodo de construção. A consequencia d'isto é, que as nossas estradas são construidas por um preço muito superior áquello que devem custar ao thesouro; mas ao menos temos a esperança de que o tempo nos ha de ir ensinando, e que a despeza cujo augmento é filho unicamente de falta de experiencia, ha de diminuir. Mas, tomando por base, a despeza actualmente feita com todos os inconvenientes, se celebrarmos um contrato em virtude do qual as estradas custem tanto como custam hoje ao thesouro, é claro que fazemos um mau contrato, porque nem ao menos nos fica a esperança da economia, que com o tempo se poderá fazer, sem contar ainda outros inconvenientes que saltam á primeira vista, como de estarmos a contratar com estrangeiros sem capitães, que vem unicamente tratar de fazer compras lucrativas, que não têm interesse em que as obras sejam feitas com solidez, porque não são outra cous

expressamente que o governo não poderá contratar com nenhuma empresa ou companhia a construção de obras de estradas, senão por meio de concurso, mas que esse concurso duraria pelo menos noventa dias, e que não será feito senão em vista dos planos, descrição das obras e do orçamento da sua despesa. Isto comprehendendo-se perfeitamente, da sua despesa. Mas como se obtém esse termo médio? Diz-se: é o termo médio das obras feitas. Mas como se obtém esse termo médio? Obtem-se entre estradas que estão em situações diversas, que custaram uma somma maior, que custaram uma somma menor, e que custaram uma somma insignificante, segundo as categorias das mesmas estradas. Como tem a camara a certeza de que estas estradas são consideradas na categoria de estradas que custam mais ou menos dinheiro, sobretudo quando se vê que as obras de arte que excederem a 10.000.000 réis, não de ser pagas pelo governo e não pela companhia? Por consequência a camara está a votar as cegas em trabalhos desta natureza, e a primeira cousa que ella tem a fazer é relevar o governo da falta em que incorreu, não cumprindo a lei de 22 de julho de 1850.

Ouvi dizer a um illustre deputado, que approva o contrato por isso mesmo que o preço que saiam as estradas era muito superior ao termo médio do preço porque tinham sido as estradas feitas até aqui. E preciso notar que, segundo o contrato, o preço das estradas de primeira classe é de 4.200.000 réis, e o das de segunda classe é de 3.200.000 réis; mas estão exceptuadas as obras de arte que excederem a 10.000.000 réis. O sr. ministro das obras publicas procurou demonstrar por um documento que está impresso com o parecer da comissão, qual era o preço médio de diversas estradas feitas até aqui; mas pede a s. ex. licença para lhe dizer, que o preço que deu á estrada do Alentejo não é exacto; cita esta estrada porque é considerável, tem maior extensão. Vê com muito prazer o sr. ministro da guerra assistindo a este debate, porque se lhe afigura que s. ex. não deixará de o ajudar a fazer passar a doutrina que quer apresentar á camara.

Segundo os documentos que consulto, a despesa feita com a estrada do Alentejo foi de 564.000.000 réis, cifra redonda, mas n'essa despesa não estão comprehendidas as obras de arte, as quaes importam todas ellas em 83.997.025 réis; sommando por consequência a despesa com aquella estrada, comprehendendo as obras de arte, em 648.000.000 réis. Mas ha a deduzir as obras de arte excedentes a 10.000.000 réis, assim como as despesas de conservação da estrada, despesas que o empreiteiro não tem, porque, feitas as estradas, entrega-as ao governo, e este é que ha de fazer as despesas de conservação; e deduzidas as despesas de conservação d'aquella estrada, e as obras de arte que excederem a 10.000.000 réis, ficam cada kilometro d'aquella estrada por 4.225.000 réis, preço superior apenas em 25.000 réis áquelle que o contrato estabelece. Mas acabou de ouvir uma declaração preciosissima ao sr. Palma. Até aqui entendia que a companhia era dispensada de pagar os direitos dos materiais que empregasse na construção das estradas; mas agora fica sabendo que não é só a pedra e cal, (que não sabe para que vinha cá) são carros, são machinas de esgoto, são ferramentas, e por ventura tambem alguma carruagem, como desgraçadamente, segundo disse a imprensa, já veio para o caminho de ferro, mas para serviço do concessionario, e depois da gritaria que fez a imprensa periodica não houve remedio senão pagar os direitos da carruagem. (O sr. Ministro das obras publicas:—não é exacto.) A imprensa é que fez a arguição, nunca foi desmentida, e estima bem que não seja verdadeira.

O facto é que a empresa tem direito em virtude da respectiva disposição do contrato, de importar sem pagamento de direitos, todos os instrumentos de que julgar ter necessidade para a construção das obras, e se as obras fossem feitas por conta do thesouro, elle pagava os direitos desses instrumentos; logo no preço que custavam as estradas feitas por conta do estado e que já indicou calculando sobre a estrada do Alentejo, para se fazer a comparação com o contrato feito com Langlois, é necessario deduzir os direitos que esses instrumentos importados haviam de pagar. Mas ha ainda a despesa de fiscalização, porque o governo ha de ter um pessoal para fiscalisar as obras das estradas.

Fallando com alguns engenheiros a este respeito, elles concordaram em que o governo ha de pelo menos ter um engenheiro em cada cinco kilometros de estrada, e cinco cantoneiros em cada quinze kilometros; esta despesa ha de orçar por parte de 200.000 réis por kilometro, e tem de ser junta ao preço que nos custam as estradas.

O orador indica ainda o preço porque ficaram ao estado outras diferentes estradas de primeira e segunda classe, para concluir que feitas as respectivas deducções, esse preço não é superior áquelle porque se contratou.

Disse o sr. Palma: que se o governo tivesse dinheiro não approvaria o contrato. Este argumento tambem é em favor d'elle, orador, por quanto o governo paga cada mez á empresa a obra feita, e mais alguma cousa por cima. Em primeiro logar não comprehendemos como possa haver uma fiscalização tão severa em obras derramadas por tantos districtos, que se possa conhecer no fim de cada mez se a obra feita é a vigesima quarta parte da que se deve fazer, e em segundo logar o deposito de 40.000.000 réis não é talvez sufficiente garantia.

Tem estes escriptos a respeito do contrato, e parece-lhe que elle está redigido de maneira que pôde produzir muito graves embaraços.

O governo paga as obras mais caras do que as pagaria mandando-as fazer por sua conta, e fica extincta a esperança de que com o tempo a despesa houvesse de diminuir; e por consequência já se vê que elle, orador, não pôde dar o seu assentimento a este contrato.

Não pôde deixar de se occupar de uma questão que appareceu n'este negocio, porque não só essa questão tomou grandes dimensões, mas os requerentes vieram até bater ás portas da camara, pedindo justiça; e portanto é preciso que se apreciem os fundamentos com que se apresentaram, e deferir ou indeferir a sua pretensão.

No requerimento que hontem appareceu na camara diz-se, que dois cavalheiros, querendo concorrer a este concurso, e tendo effectuado o seu deposito no dia 26 de outubro do anno findo, foram contu-do, quando entregaram o seu requerimento no dia 27, repellidos, declarando-se-lhes que o praso estava extinto; e estes cavalheiros, julgando-se feridos nos seus direitos, vêm pedir justiça á camara, e declarar que mantêm o lanço que haviam offerecido no governo, por via do qual, como começo de licitação, se propunham desde já a fazer as estradas por uma cifra inferior áquelle que tinha sido exigida pela empresa, cujo contrato está em discussão, na quantia de 200.000 réis por kilometro.

Tratará de apreciar os argumentos que apresentam a seu favor, e aquelles que se têm produzido contra. A questão foi tratada, n'esta parte, magistralmente pelo illustre deputado que abriu o debate; mas, como algumas considerações se fizeram contra o que s. ex. disse, não tem remedio senão apresentar algumas reflexões, seguindo os passos de s. ex.

Os requerentes fundam-se na ordenação do reino, nos prazos estabelecidos na reforma judicial, e nos prazos commerciaes estabelecidos no código commercial, e alem d'isso allegam uma circumstancia a que dá grande importancia, qual é as conversações que um d'elles teve com o sr. ministro das obras publicas, a respeito do que confessa que não esperava que o sr. ministro das obras publicas recebia no seu gabinete um dos requerentes lhe dissesse uma cousa, e depois obrando em sentido contrario pretextasse que não o obrigava a sua declaração feita em conversação particular. Não resta a s. ex. senão dizer que o facto não é verdadeiro, mas não o pôde dizer, porque para isso seria necessario que dois homens que foram fazer o seu deposito no dia 26 de outubro estivessem de mentes.

Ora, dizem os requerentes que se dirigiram ao sr. ministro das obras publicas para lhe perguntar, se por ventura poderiam ser considerados como pessoas habéis para concorrer, pelo facto de um d'elles ter sido director da companhia do caminho de ferro de leste; e que querendo concorrer lhe iam fazer esta pergunta, por isso que o concurso acabava no dia 27; acrescentam que o sr. ministro dissera que era verdade acabar o praso no dia 27, e que não podia responder, mas que respeitava á sua habilitação para a construção, mas que no dia seguinte daria a resposta; e que indo no dia seguinte pela resposta, s. ex. dissera estarem habéis para entrar no concurso, o que s. ex. confirmou quando, interpellado na camara dos dignos pares por um d'esses cavalheiros, declarou que o motivo por que haviam sido excluidos não fôra a sua inaptidão.

A questão para o sr. ministro era portanto o ter sido apresentado o requerimento fóra de tempo, uma vez que os requerentes estavam habilitados para concorrer, apesar de não terem apresentado o seu certificado de construção de obras de viação publica; mas alem dos argumentos que os concorrentes apresentam, allegam elles que se não entregaram o requerimento senão no dia 27, tendo-o prompto no dia 26, porque foi n'esse dia que fizeram o deposito, que fizeram o requerimento e o assignaram, e um tabellião lhes reconheceu as assignaturas, foi porque um d'elles contava entrega-lo pessoalmente ao sr. ministro no dia seguinte, não só porque estava na convicção de que o praso acabava no dia 27, como porque nas duas conversações que teve com o sr. ministro, referindo-se a que o praso acabava no dia 27, s. ex. lhe dissera que verdade, acaba no dia 27; circumstancias que o nobre ministro não podia deixar de tomar em consideração. Acrescentam ainda, que as praticas da secretaria que o nobre ministro invoca a seu favor, são o contrario do que s. ex. assevera.

Como responde o nobre ministro a tudo isto? Responde com as praticas da secretaria, com relação ao contrato Salamanca, ao dos caminhos de ferro do Alentejo, e ao contrato para a navegação a vapor entre Lisboa e o Algarve, e nem ao menos diz que esses precedentes são obra sua! Ao passo que assim é, parecia-lhe que os argumentos produzidos pelo illustre deputado que abriu o debate não tinham resposta.

E hoje principio reconhecido geralmente, e só na camara o viu contestar, que o dia da data não se conta; e consultando todas as nossas leis não achou em nenhuma d'ellas o menor aresto, por onde se podesse explicar o precedente estabelecido pelo sr. ministro.

A ordenação assim o estabelece, tratando de processos judiciaes (e n'esse tempo não estava a administração separada da justiça), a lei de 16 de junho de 1855, que tornou a sancionar a maneira de contar da ordenação, a reforma judicial no artigo 637.º, a pratica do fóro nos processos judiciaes, e o código commercial; e não só o nosso código commercial, mas os códigos que são a fonte d'elle nesta parte, citados pelo sr. Gaspar Pereira, como o belga e o francez no artigo 132.º

E poderá por ventura dizer-se que na pratica se encontra o contrario? Lá está a universidade de Coimbra que recentemente respondeu aos sete advogados, cujos pareceres vieram á camara, e estimaria que não tivessem vindo, porque, como quanto respeito muito a todos os sete advogados, confessa que desappareceu com elles; e se o nobre deputado não os tivesse dado como seus em resposta ao sr. Gaspar Pereira, não seria obrigado a dizer que principalmente o ultimo está cheio de inexactidões, não tem uma linha que não seja uma inexactidão.

Leu uns poucos de juriconsultos francezes querendo instruir-se na materia, e parece-lhe terem razão aquelles que dizem que se pôde sustentar com muitos textos do direito romano que o dia á quo se conta no praso, mas todos concordam, excepto Merlin, que o uso é diametralmente opposto a esses textos, e era esse uso que fazia lei. Mas nós não temos que ir procurar aos juriconsultos, se têm duvida a respeito da doutrina das leis romanas para explicar aquillo que na nossa legislação é claro e terminantissimo.

Como já disse, respeita os sete advogados, cujo parecer se apresenta, tendo a notar, que de cincoenta que ha, pelo menos, na capital, apresentando-se só a opinião de sete, parece provavel que todos os outros são de opinião contraria (riso); e a esse parecer oppõe toda a faculdade de direito da universidade de Coimbra, cuja decisão não deve parecer suspeita ao sr. ministro das obras publicas, porque um irmão de s. ex. fez parte da comissão nomeada para dar o seu parecer sobre uma questão identica, qual era, se dois candidatos que apresentaram os seus requerimentos no dia 7 de janeiro ao concurso que tinha estado aberto para cadeiras de substitutos, tinham ou não requerido em tempo; e resolveu-se que tinham requerido em tempo, aceitando-se assim a auctoridade da ordenação livro 3.º, título 13.º

Ha mais. A presidencia da relação do Porto poz a concurso o logar de guarda-mór, e em quanto ao praso expressou-se d'esta maneira: «a contar de tal dia, durante tantos dias, e acabando em tal dia, não contando o dia da publicação do edital.»

Aqui está como a questão pelo menos devia ser considerada duvidosa para o governo, e não de vera ser resolvida contra auctoridades tão importantes em prejuizo do thesouro. Não comprehendemos como sendo a questão duvidosa, como tendo o sr. ministro duvidado, a fosse resolver contra o thesouro, na presença de uma economia real tangivel que se lhe apresentava!

Mas diz-se que a proposta foi apresentada fóra de tempo: foi fóra de tempo da maneira que o governo contou, mas esta proposta é uma proposta de licitação; depois da habilitação para o concurso havia a licitação entre os habilitados, e em quanto a questão estava pendente, tinham estes cavalheiros direito de fazer esta proposta, e o governo direito de a atender.

Em 1844 houve uma companhia que tinha licitado na arrematação do contrato do tabaco, e estava este ramo para lhe ser entregue; mas como houve outra companhia que offerecesse um preço mais vantajoso para o thesouro, poz-se de novo em praça o contrato. Que motivos fortes podia ter o sr. ministro para não mandar prorogar o praso? S. ex. não teve consulta nenhuma que lhe fosse favoravel; quiz consultar, consultou, e resolveu contra.

Vae acabar, porque está cansado, e não quer tirar a palavra aos oradores que a pediram; mas dirá que ha de mandar uma substituição ao artigo 1.º, quando se discutir este artigo. Esta substituição é

para que se mandem fazer as estradas designadas no contrato por conta do estado, e que fiquem feitas até ao dia 31 de dezembro de 1862, que pouco mais ou menos é o tempo em que o concessionario as pôde fazer, porque se dão cinco mezes ao concessionario para confeccionar os projectos, e depois d'esses cinco mezes começam as obras, e dentro de vinte e quatro mezes hão de se acabar as obras, e então o governo pôde contratar essas estradas por empreitadas, ou como entender, em vista das prescripções da lei.

Assim pôe-se termo a esta questão scandalosa, e não emprega esta palavra em offensa ao sr. ministro das obras publicas, pela maneira porque s. ex. tem andado n'este negocio; mas ha escandalo n'este negocio, e a camara deve-o saber para a responsabilidade vá a quem toca (apoiados)—O sr. Xavier da Silva:—não só ha escandalo, ha contrato.

Pela mesma maneira porque se haviam excluido da licitação dois concorrentes, tinha-se feito sair do concurso um outro concorrente que se tinha habilitado para concorrer a elle, e como quanto acreditado na innocencia dos srs. ministros, não pôde deixar de alludir a um facto que reputa significativo.

No dia 8 devia ter logar a licitação, a qual n'esse mesmo dia foi adiada: no dia 13 esse concorrente renunciou ao contrato, tendo recebido alguns dias antes um habito de Christo. Repete, não entende que n'isto possa haver nada de desairoso para os srs. ministros, e entende mesmo que ss. ex. estão innocentes, mas não sabe tambem que motivo havia para se dar uma condecoração d'este paiz a esse homem que ninguém conhecia. Mas o publico pôde interpretar mal este facto, e pôde interpretar mal ainda outro facto; que chegou ao seu conhecimento, qual é, que o contratado não tinha dinheiro para fazer o deposito, e foi contratar com uma casa em Paris, vendendo o contrato, e reservando 3 por cento para si sobre a somma que se lhe havia de dar, e mais 4 por cento para um sr. estrangeiro, e não residente em Portugal, os quaes 4 por cento montam a 90.000.000 réis, em compensação dos esforços que tinha empregado para *réussir l'entreprise*. E como esta somma de factos pôde lançar grande desfavor sobre o contrato, e como elle, orador, não quer este desfavor sobre a camara e sobre os poderes publicos do seu paiz, é por isso que os apresenta ao conhecimento da camara, e propõe que ao governo se deem os meios para elle construir por conta do estado as estradas que vêm mencionadas no contrato.

O illustre deputado o sr. Coelho de Carvalho, por quem tem muita consideração, disse que o praso para o concurso devia acabar no dia 27 ás dez horas da manhã, porque foi a estas horas que o annuncio saiu no *Diário do Governo* do dia 17 de mez antecedente. Mas quem disse ao illustre deputado que o *Diário* no dia 17 saiu ás dez horas? Elle, orador, muitas vezes o tem recebido á noite, e não sabe como o illustre deputado possa demonstrar que no dia 17 o *Diário do Governo* saiu ás dez horas da manhã; mas ainda quando assim fosse, parece-lhe que já demonstrou que o praso se conta do dia immediato ao annuncio, e não desde o dia em que o annuncio appareceu.

Entende portanto que a solução unica, conveniente e honrosa para o governo, para a camara e para o paiz, é o mandarem-se fazer as obras por conta do estado.

Não quer allegar circumstancias que devem levar tambem a camara a não fazer contratos com estrangeiros a respeito dos quaes, nunca ha, por maiores diligencias que se empreguem, os meios de coacção necessários para os fazer cumprir os seus contratos, em quanto os pôde fazer com habitantes do seu paiz, que não podem socorrer-se á força de outras nações, para lhes fazer bom aquillo que muitas vezes o não deve ser (apoiados).

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—confessa que poucas cousas lhe tem causado tanto estranheza como o discurso que o illustre deputado acaba de proferir, e causa-lhe estranheza por que lhe suppunha principios oppostos áquelles que acaba de sustentar. Por ventura suppunha a camara que o contracto que se está discutindo, é um negocio unicamente d'este genero? Pois não é. Este governo tinha feito menos para este contrato, do que o governo a que pertenceu o illustre deputado. As negociações foram feitas pelo governo de que o illustre deputado era membro, e o governo actual achou o negocio a ponto de ser resolvido (apoiados).

O sr. ministro das obras publicas do governo de que o illustre deputado fez parte, consultou mais de uma vez o conselho das obras publicas sobre as propostas de Langlois, que elle, orador, não conhece, e não pôde deixar de se admirar, como durante dois annos se estivesse contratando com elle, e mandando as suas propostas ao conselho das obras publicas, propostas em que se podia muito mais despezas, porque primeiramente pedia-se um preço muito superior!

O illustre deputado acaba de provar com a logica que todos lhe reconhecem, que 4.200.000 réis por kilometro para as estradas de 1.ª classe e 3.200.000 réis para as de 2.ª, era um preço superior, isto quando havia recebido propostas com um preço muito superior, como eram as que da primeira vez o illustre deputado mandou ao conselho das obras publicas, e quasi que se podia dizer que quem foi o negociador foi o conselho das obras publicas.

O governo de que o illustre deputado fez parte consultou o conselho das obras publicas sobre este negocio, e tendo havido outras consultas que rejeitavam certas condições, e sobre tudo, o preço proposto pelas companhias, depois Langlois e outros concorrentes apresentaram modificações ás suas propostas, as quaes voltaram de novo ao conselho, e este cansado de ser negociador disse,ahi vae como deveis contratar.

Por tanto elle, orador, quando chegou ao ministerio das obras publicas achou uma norma de contrato, e não fez mais de que acrescentar ao contrato algumas condições e prescripções que reputou serem de garantia para o estado e que ninguém tem contestado.

Disse o illustre deputado que houve um grande escandalo, mas que entende que o governo é innocente. Como se pôde comparar o escandalo e a innocencia do governo? Se o escandalo foi dar um habito de Christo a um concorrente que depois desistiu do contrato, se não ha escandalo se não em o governo querer afastar os concorrentes para dar o contrato a um certo e determinado concorrente, então não pôde haver innocencia da parte do governo; então diga-o o illustre deputado completa e francamente (apoiados), não pôde haver escandalo e innocencia (apoiados), e então accuse o illustre deputado o governo (muitos apoiados).

Mas este escandalo não existe desde que não houve culpa da parte do governo. Sabe que se deu este habito de Christo, e a camara sabe que o dar um habito de Christo não é negocio que se decida em conselho de ministros.

Soube que se tinha dado este habito de Christo ao sr. Filipe Vitali, quando o leu no *Diário de Lisboa*, e é provavel que o illustre deputado muitas vezes não tivesse conhecimento de muitos actos dos seus collegas, senão quando os visse na folha official. O cavalheiro a quem se deu o habito de Christo estava em Portugal ha perto de dois annos, e era parente e representante da casa de M. Parent, o qual quiz durante muitos annos fazer contratos de caminhos de ferro com Portugal, e ao illustre de-

putado mesmo foram feitas propostas por aquella casa.

Este cavalheiro fez muitos serviços a este paiz, e era um mancebo muito intelligente; e quantos habitos de Christo se não dão n'este paiz a pessoas de muito menos merecimento? (apoiados.) Não gosta de reconhecê-las, mas se fosse examinar os habitos de Christo concedidos durante o tempo em que o illustre deputado foi ministro, parece-lhe que acharia muitos concedidos nas mesmas circumstancias d'este cavalheiro, ou mesmo em inferiores. Este cavalheiro, ou pessoas que desejavam que elle merecesse da parte do governo portuguez uma prova de consideração, dirigiram-se ao ministro competente para tratar d'esto negocio, mas elle, orador, repete, não sobre do despacho senão quando o viu no *Diário de Lisboa*.

Disse o illustre deputado que havia contratos: se os ha não o sabe, e o illustre deputado sabe muito mais n'este negocio do que elle, orador. Não sabe se houve contrato, o que sabe é que este cavalheiro contratou dois annos com os illustres deputados que foram ministros antes do governo actual, e que apresentaram propostas que mereceram a ss. ex. mandadas ao conselho das obras publicas, e ao conselho uma decisão, por isso que tinha já dado uma norma pela qual se havia de fazer o contrato, norma que como disse, é o contrato que se discute, tendo-lhe acrescentado alguma cousa como garantia a favor do estado.

Se o concessionario fez algum contrato com outra pessoa, não o sabe, o illustre deputado se o sabe, apresente-o, e ver-se-ha se esse contrato tem alguma cousa de inconveniente, ou se o governo tem alguma cousa com isso. O governo tem tudo com o concessionario, e mesmo se elle não sustenta a sua empresa, o governo ha de sabe-lo, porque isso ha de ser feito com consentimento do governo; particularmente pôde esse cavalheiro fazer os contratos que quizer, mas publicamente não o pôde fazer sem consentimento do governo. O mais não tem nada com os contratos que elle faz, nem se lhe importa.

O illustre deputado não se esqueceu de empregar todos os meios para desvirtuar este contrato, que, elle orador, esperava merecesse muito a approvação de s. ex., não só pelas razões que tem apresentado, e porque este negocio foi começado no tempo em que s. ex. era ministro, como porque então lhe parece que se reputavam boas as grandes empreitadas. E a prova de que isto é verdade é que o illustre deputado, quando ministro, não rejeitou logo as propostas que se lhe fizeram para grandes empreitadas: quando a um ministro se faz uma proposta que não combina com o seu modo de pensar, rejeita-a immediatamente, e o illustre deputado tem opiniões tão definidas a este respeito que aceitou propostas e mandou-as ao conselho das obras publicas... (O sr. Carlos Bento:—o sr. Avila não era o ministro das obras publicas.) Elle, orador, responde pelo habito de Christo, e o illustre deputado que o interrompe não quer que o sr. Avila seja solidario nos actos da sua administração (apoiados)—O sr. Avila:—somos solidarios, sim, senhor.

Parece-lhe que ouviu mais de uma vez ao illustre deputado o sr. Avila, no tempo da administração transacta referir-se á conveniencia d'estas transacções. (O sr. Avila:—engana-se.) Parece-lhe que na comissão das obras publicas o illustre deputado fallou na vantagem de dar grandes empreitadas, e por isso não pôde deixar de se admirar quando viu levantar-se o illustre deputado e combater o contrato, dizendo que teve sempre grande repugnancia a estes contratos, e por isso no seu tempo os rejeitou. (O sr. Avila:—disse que não acharam favor da minha parte) Como tinham achado favor da parte do seu collega, e pelo principio da solidariedade de que se havia fallado, julgava que tinham achado favor tambem da parte do illustre deputado de que o interrompe (apoiados).

Disse o illustre deputado que havia inconveniente em contratar com estrangeiros, porque podia haver reclamações; se se emprega este argumento então não se contrata. Pois podia-se esperar encontrar dentro do paiz capitais para as grandes emprezas, quando isto não acontece mesmo em paizes mais poderosos? Então devia o illustre deputado rejeitar tambem o contrato do caminho de ferro de Evora a Beja, porque foi feito com estrangeiros de uma nação muito poderosa, como é a Inglaterra. E parece-lhe que a circumstancia de um contrato ser feito com estrangeiros não é motivo para que se deva rejeitar, com recio de indemnisações. Têm-se feito contratos com portuguezes n'este paiz, e tem-se dado indemnisações, e quasi sempre as indemnisações que se têm dado, tem sido a companhia portugueza.

Em quanto ao que se disse a respeito da lei de 22 de julho de 1850, deve observar que apesar d'ella marcar o praso de noventa dias para os concursos para trabalhos de obras publicas de certa ordem, e prohibir que se façam contratos á porta fechada, entretanto no tempo que o illustre deputado era ministro tambem se infringiu a lei, porque se fizeram contratos á porta fechada, e houve concursos de prazos menores de noventa dias.

Tambem já fez contratos á porta fechada, e não reputou isso um acto de grande coragem, mas quando o governo apresentou á camara um contrato directo foi accusado por não ter contratado em concurso publico, e quando apresenta um contrato feito em concurso publico, diz-se-lhe que era um acto de coragem contratar á porta fechada!

Não admitta a doutrina de que o governo não pôde fazer um contrato, pela maneira que tem direito de o fazer, estabelecendo o praso de vinte, trinta ou quarenta dias para o respectivo concurso, trazendo depois á camara esse contrato para ella o approvar ou rejeitar, se assim o entender. Quando o governo faz um contrato definitivo sem as prescripções da lei, o governo infringe a lei; mas quando o governo faz um contrato especial e o vem trazer á camara, esse contrato não é lei em quanto a camara o não approvar; e approvado elle lá fica, pelo seu ultimo artigo, revogada toda a legislação anterior.

Está persuadido de que o illustre deputado está de accordo com estas idéas, nem pôde deixar de estar, porque no seu tempo tambem se infringiu muitas vezes a lei a tal respeito.

Observou-se que tambem se tinha infringido outro preceito da lei fazendo o presente contrato sem haver os projectos das obras contratadas. Se primeiro logar socorria-se ao tempo em que se começou no ministerio transato a tratar d'este contrato em discussão; n'esse tempo mandou-se consultar o conselho de obras publicas e ordenou-se-lhe que fizesse uma norma do contrato, o que prova que não havia projectos alguns feitos, e se se entendesse então que não se devia dar andamento a este contrato sem haver os projectos das obras, não sabe a razão porque se lhe deu tal andamento, a ponto de estar quasi concluido quando elle, orador, entrou para o ministerio sem esses projectos estarem feitos. Em segundo logar o ministerio actual estabeleceu uma garantia importante no contrato, e a de ser o governo quem ha de marcar as directrizes, e alem d'isto, mandou fazer projectos das obras contratadas, os quaes estão quasi todos concluidos.

Pretendeu o illustre deputado provar que as estradas, que se contratam por este projecto, ficam por um preço superior ao que deviam custar, se fossem feitas por conta do governo, e para provar esta sua asserção foi buscar o custo da estrada das

Vendas Novas á fronteira, mas apesar d'isto, não pôde concluir que ficou mais barata do que o preço das que se comprehendem n'este contrato.

Mas a este respeito deve notar, que esta estrada deve custar mais barata do que as estradas que se hão de fazer em Traz os Montes, Minho, e Beira, porque os terrenos ali offerecem muito mais difficuldades do que os terrenos do Alentejo (apoiados).

Os homens praticos que têm feito estradas no nosso paiz, que as têm feito por conta do governo ou de companhias, que têm dirigido, superintendido ou fiscalizado taes trabalhos, acham que o preço porque se contratou é barato; mas o illustre deputado, fazendo uma combinação de cifras a seu modo, pretendeu provar que são carissimas, e que podiam sair mais baratas feitas por conta do estado, citando em abono da sua argumentação as estradas feitas em terrenos menos accidentados; mas n'este ponto prefere a opinião dos homens praticos á do illustre deputado, ainda que seja muito auctorizada.

O illustre deputado fez avultar a concessão do contrato a respeito dos materiais para a construção das estradas entrarem livres do pagamento de direitos, mas se o illustre deputado em vez de se socorrer a algumas expressões que ouviu lançar na camara, se socorresse á letra clara do artigo respectivo, acharia que não viria prejuizo para o estado da introdução livre dos utensilios precisos para a construção das estradas.

Quanto aos 20 por cento de que falla o artigo 13.º do contrato, admira-se de que o illustre deputado traduzisse n'um grande onus para o governo, o que para este é uma garantia. Esta disposição do artigo quer dizer, que se a empresa fizer n'um mez trabalhos de dois mezes, o governo para evitar abusos, não paga senão os trabalhos de um mez e mais 20 por cento em relação aos outros trabalhos, e no fim de seis mezes liquida e paga o que dever em relação ao total dos kilometros construidos.

O illustre deputado foi buscar os mappaes publicados no *Diário de Lisboa*, e encontrou ali que o preço por que saíram as estradas construidas é inferior áquelle por que se contratava agora; mas deve advertir ao illustre deputado que essas estradas que citou não estão concluidas; está concluido um certo numero de kilometros d'essas estradas, mas não toda a estrada, e acontece, alem d'isso que se começou a fazer a parte mais facil, deixando para depois a parte mais difficil, e só depois d'essas estradas concluidas no todo é que se poderá tirar ao certo o termo médio do seu custo. Agora é que em algumas d'ellas se vão atacar os pontos mais difficéis, e de certo a despesa será muito maior do que no começo, em que os trabalhos se fizeram nos terrenos mais facéis. E ainda ha a notar uma circumstancia que fará augmentar tambem o custo d'essas estradas, é o augmento dos salarios. Ninguém pôde negar que elles, ha tempos a esta parte, têm augmentado consideravelmente.

Em quanto á observação feita pelo sr. Garcez, relativamente ás obras de arte, receando que o emprezario faça valer mais a sua despesa, deve notar, que sendo estas obras, por via de regra, as pontes, estas, segundo o mappa que vem junto ao projecto, tem custado 1, 2, 3 até 4.000.000 réis, quando são pontes de pequena construção; mas ainda mesmo que seja preciso construir uma ponte que importe em mais de 10.000.000 réis, a obrigação do contrato a este respeito fica attenuada pela circumstancia do governo escolher a directriz da estrada, e então o governo e os seus engenheiros hão de obviar a este inconveniente; e quando seja preciso fazer uma obra de arte que exceda a 10.000.000 réis, a companhia não lucra nada com isso, porque quem terá de fazer a obra é o governo.

Fallou o sr. Garcez na necessidade de se construírem varias estradas, notando especialmente a de Chaves á fronteira, porque esta estrada poderia até resolver uma questão inter-nacional.

Em primeiro logar deve dizer, que o governo procurou dar desenvolvimento á construção das estradas naquellas povoações que, ou as não tem ou estão muito afastadas de outros meios de comunicação; não podia comprehender todas as que são precisas, nem era possível fazer todas em dois annos. E em quanto a resolver a questão inter-nacional, declara que, quando fez o contrato não tratou d'esta questão; tratou de fazer estradas, nem se lembrou que teria que se resolver um negocio diplomatico por meio de um contrato de estradas; nem este é o meio de resolver questões d'esta ordem.

Em quanto á parte financeira do contrato, o sr. Garcez achou mau que o governo tivesse a faculdade de pagar em titulos de divida publica, porque a empresa podia ter tanta importancia e influencia nas praças estrangeiras que podesse fazer variar o preço dos nossos fundos, podendo-os baixar ou alzar conforme fosse de sua conveniencia.

Em primeiro logar isto não é facil dar-se; mas esse inconveniente remove-se no momento em que o contrato dá a faculdade ao governo de pagar em dinheiro ou em inscripções. E esta disposição do contrato não é nova, já está consignada n'outros contratos; e tem ouvido sustentar, por mais de uma vez, na camara, a conveniencia de se pagar d'este modo.

Notou o sr. Garcez que o pagamento em titulos é feito mensalmente; mas não sabe que a mensalidade de pagamento possa influir sobre o animo da camara.

Contra o contrato não viu apresentar argumentos de peso; e em quanto á questão de facto deve sujeitar-se mais depressa á auctoridade dos homens praticos do que á do illustre deputado que acaba de fallar, com quanto seja muito respeitavel.

Passa a tratar da questão do concurso que tem sido reputada muito importante.

Observa que o illustre deputado o sr. Avila, não contente de tratar a questão de direito, para o que lhe reconhece toda a competencia, trouxe para a camara uma questão que chamará pessoal; trouxe para a camara as conversações a que os dois concorrentes que foram excluidos se socorreram para fundar o seu direito.

O illustre deputado leu o que elle, sr. ministro, tinha assegurado na outra casa do parlamento, querendo provar com isso, que elle, orador, podia, como ministro das obras publicas, excluir aquelles cavalheiros depois da maneira por que tinha conversado com um d'elles, e de tudo que lhe havia dito no seu gabinete.

O illustre deputado referiu-se principalmente á questão da habilitação; mas o governo até hoje (e isto está de accordo com o que já diz, com a declaração que fez na camara dos dignos pares, com o que escreveu nos documentos que acompanham o contrato, e com o relatório que foi presente ao conselho d'estado), ainda até hoje não deixou de declarar que o motivo da exclusão d'estes concorrentes tinha sido o praso, e não a habilitação ou idoneidade dos concorrentes (apoiados).

Dirá mais alguma cousa e diz a verdade, que o governo não entrou na apreciação d'essa idoneidade, nem podia entrar uma vez que o governo excluía esses concorrentes por falta de tempo para concorrerem. O governo por isto não podia entrar na apreciação dos documentos apresentados pelos concorrentes, nem na da sua idoneidade; não entrou n'ella, e se entrasse estava provado que o governo se admitia ao concurso (apoiados). Por consequência os argumentos do illustre deputado, e todas as suas asserções a respeito d'essa conversação não vem nada para o caso, nem provam que devia admitir aquelles concorrentes.

Resta sómente a questão do prazo; e n'esta questão nem o illustre deputado, nem ninguém pôde asseverar que, pelo que disse no seu gabinete a um dos concorrentes, não o podia excluir do concurso.

O cavalheiro a quem o illustre deputado se referiu não foi perguntado quando terminava o concurso, nem pôde ir, porque não se vae perguntar aos ministros quando acabam os concursos (apoiados); isso pergunta-se na repartição e não aos ministros. Pois pergunta-se ao ministro quando acaba o concurso depois de estar publicado no *Diário do Governo* o decreto que mandou abrir o concurso?

Aquelle cavalheiro, já disse e repetia, não foi ao seu gabinete de propósito perguntar-lhe quando acabava o concurso; foi tratar de outro negocio, o da questão da idoneidade; foi sómente tratar d'isto; e se por ventura fallando-se então incidentalmente do prazo lhe respondeu que acabava no dia 27 de outubro, não respondeu a uma pergunta que officialmente lhe fosse feita a este respeito; fallou-se no dia 27 como termo do prazo marcado para o concurso; mas não contou, nem tinha obrigação de contar os dias para saber quando acabava o prazo; era negocio que pertencia á repartição. E das suas palavras nunca se poderia tirar partido para prejudicar um terceiro. Portanto a questão da conversação particular não vem, nem pôde vir para a camara (apoiados).

O illustre deputado tem direito de perguntar ao governo pelos seus actos, tem direito de os analisar, mas não tem direito de tratar na camara das conversações particulares que o ministro tem no seu gabinete (apoiados). É a primeira vez que vem argumentar-se na camara com as palavras particulares dos ministros, e argumentar-se de uma maneira que não pôde ser admittida (apoiados).

Resta a questão da legalidade da contagem de prazo; e a respeito d'esta deve notar que a opinião dos advogados ou juristas consultos de nome que na capital é a favor do governo; mas o illustre deputado dá a opinião d'estes juristas consultos como absurda e insustentavel, e decide a questão contra o governo!

Tendo dado a hora fica com a palavra reservada. O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de segunda-feira a continuação da de hoje, e levanta a sessão. —*eram quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 19 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Lacerda (Antonio) Coutinho e Vasconcellos, Eleuterio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Henriques Secco, Couto Osorio, Pinheiro Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Castro Ferrer, Conde da Torre, Pereira da Cruz, Rebelo de Carvalho, Forjaz de Sampaio, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Mousinho, Philippe Brandão, Diogo de Sá, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Baltha, Gaspar Pereira, Gomes da Palma, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano da Fonseca, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, Lacerda (D. José), Costa e Silva (José), Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio Carvalho, Aboim, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Placido, Charters, Menezes Pitta, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Thiago Horta, Viriato Blanc, Visconde de Pindella.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra—Consta-nos, diz o *Conimbricense*, que o sr. Eusebio Page, director em chefe da construção dos caminhos de ferro contractados com o sr. Salamanca, é esperado n'esta cidade, de passagem para o Porto, até ao dia 20 do corrente, a fim de dar principio ás obras do caminho de ferro entre Coimbra e o Porto.

Mangualde—O administrador d'este concelho, segundo diz o *Viriato*, de combinação com a camara municipal da mencionada villa, acaba de fazer um concerto importante na ladeira que desce de Fagilde ao rio Dão.

Segundo informações que nos dão os negociantes d'esta cidade, foi este concerto um excellentissimo serviço, porque a estrada estava quasi intransitavel.

Tanto aquelle magistrado, como a camara de Mangualde, merecem os nossos elogios pelo desvelado cuidado, que mostram, por melhorarem, quanto em si cabe, a comunicação entre Vizeu e Mangualde.

Por nossa parte pediremos á camara de Vizeu, que corresponda á de Mangualde, mandando, por sua parte, concertar a descida que fica fronteira aquell'outra, e que vae de Prime ao rio.

Entre Vizeu e Mangualde ha um importante commercio. Estes melhoramentos são indispensaveis.

Aveiro—A camara municipal d'este concelho occupava-se com o mais decidido empenho em melhorar a iluminação publica na cidade mencionada. Tinha-se duplicado o numero dos candieiros existentes, e, conforme diz o *Campeão das Provincias*, a algumas ruas que jaziam em trevas ia chegar este melhoramento.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 17 do corrente, e de Paris até 15.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Paris, 15 de maio.—O imperador recebeu hoje o grão-duque Nicolau da Russia.

Confirma-se a noticia de que as corvetas inglezas cruzam nas costas de Marsala.

As tropas francezas da Lombardia bem como as de Roma regressarão brevemente á França, em virtude de um convenio feito entre os governos interessados.

Turim, 15.—O *Moniteur* publica um despacho telegraphico com a noticia de que Garibaldi desembarcou em Marsala, e que os voluntarios repelleram as tropas reaes.

O mesmo jornal acrescenta que Garibaldi escreveu uma carta a Rubattino, desculpando-se de ter destinado os dois vapores *Lombardo* e *Piemonte* para defeza de uma causa tão importante.

Parcece que os voluntarios de Garibaldi tiveram quatro mortos e muitos feridos, no encontro com os navios napolitanos.

Em Palermo continua a agitação. Os soldados dispararam alguns tiros contra o povo, de que resultaram varios ferimentos.

O governador publicou uma ordem que prohibe o uso de armas de fogo.

S. Petersburgo, 15.—Na reunião do corpo diplomatico, convocada pelo principe Gortschakoff, notou-se que reina a melhor harmonia entre a França e a Russia.

Paris, 15.—A *Patrie* recebeu outra advertencia. A terceira este jornal será suprimido.

Amnistia em Vienna para os protestantes húngaros.

Paris, 16.—Diz a *Patrie* que a expedição de Garibaldi conseguiu insurreccionar a Sicilia, e que as tropas reaes apenas occupam as fortalezas de Palermo e Messina. Affirma-se que a insurreição se propagou pela Calabria e Abruzzos.

A esquadra franceza partiu para Naples, a fim de proteger os subditos da sua nação.

Turim, 16.—A esquadra sarda recebeu ordem para se concentrar, a fim de poder fazer face a qualquer eventualidade.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Paris, 14 de maio.—O *Constitutionnel* confirma a noticia das communicações que mediaram entre a França e a Sardenha, por causa da expedição de Garibaldi.

Marsella, 14.—Deprehendo-se de uma carta escripta por um official de Garibaldi, que os voluntarios que embarcaram em Genova são em numero de 1:100. Apresentaram-se muitos outros, porém havia falta de navios. Garibaldi e Bixio são os dois commandantes da expedição, que primeiramente desembarcou em Talancina, confins da Toscana e dos estados romanos; embarcando de novo, para depois desembarcar definitivamente em Marsala (Sicilia).

Turim, 14.—Suspendeu-se a marcha das tropas francezas.

Na informação do governo sobre a cessão de Niza e Saboya, explica-se esta como uma concessão feita para o engrandecimento do Piemonte; porém o governo piemontez diz que estipulou em relação á Suissa a observancia das condições de 1815 relativas á posse de Chablais e de Faucigny, e que se annunciara que os naturaes do paiz votariam a sua annexação da mesma maneira que os da Italia central.

O conde de Cavour felicita-se de que fosse sumamente vantajosa a designação das novas fronteiras, sendo assim transmittida á França, por parte do Piemonte, uma porção da divida publica.

Londres, 14.—A *Agencia Reuter* publica um despacho telegraphico de Naples, transmittido na noite de 13 do corrente, com a noticia de que o fogo das fragatas napolitanas nas aguas de Marsala matou muitos voluntarios de Garibaldi, que dos dois vapores, que os coadjuvavam, foi mettido a pique o *Lombardo*, e que as tropas reaes tinham ido em perseguição dos revoltosos, que haviam desembarcado.

Se o bombardeamento tivesse começado duas horas antes, os revoltosos não teriam desembarcado.

Bolonia, 15.—Falleceu o cardinal arcebispo, Viale.

Londres, 15.—Lord John Russell declarou na camara que havia recebido despachos do embaixador inglez em S. Petersburgo, confirmando o facto de que o principe Gortschakoff havia reunido o corpo diplomatico, a fim de lhe fazer ver que o dia para a sua torna mais intoleravel a situação dos christãos na Turquia, e que por isso julgava indispensavel que fossem dirigidas energicas reclamações ao governo do sultão, reclamações a que as outras potencias por certo adherirão.

FRANÇA

A *Patrie* do 15 do corrente, transcrevendo nas suas columnas a noticia de que os voluntarios de Garibaldi desembarcaram em Marsala, acrescenta o seguinte:

«Tudo faz crer que estamos em vespuras de acontecimentos graves, que podem dar em resultado serias complicações para a Italia.....»

«Depois, como antes da guerra, sempre desejamos que triumphasse uma nacionalidade generosa, e, pela sua independencia, o legitimo desenvolvimento de populações que, por muito tempo, soffreram o jugo da dominação estrangeira.»

«Vencidas tantas difficuldades, parecia ter-se alcançado este nobre fim. O Piemonte engrandecese a ponto de poder representar um papel digno da sua ambição e da sua coragem, e a illustre casa de Saboya tornava-se naturalmente a espadã e o escudo da nacionalidade italiana. Que resultados admiraveis em menos de um anno! Não seria esta a hora de fazer parar a roda da fortuna?»

«O cavalleiro rei do Piemonte e o habil estadista que dirige o gabinete de Turim pensavam assim. Porém não era esta a opinião d'essas imaginações exaltadas, que se encontram no dia seguinte a todas as grandes crises, e que, desde o começo da historia, costumam comprometter tudo, querendo conquistar tudo. Existiam pois duas politicas em o novo reino de Victor Manuel. Uma sabia e moderada, firme e generosa; e a outra imprudente, que rendo prescindir do tempo, e não admittindo que a realisação do seu ideal possa soffrer demora de um só dia. A primeira devia censurar a expedição da Sicilia; a segunda devia emprehende-la....»

—Occupando-se do mesmo assumpto, diz a *Presse* no seu boletim do dia:

«Parcece certo que a expedição de Garibaldi chegou no dia 8 a Talamona, nos confins da Toscana e dos estados romanos. Não se receberam noticias da expedição, depois de ter saído d'esta pequena porto. Diferentes despachos fallam de um movimento insurreccional nas Calábrias, e os jornaes piemontezes continuam a representar a insurreição siciliana como longe de estar comprimida.»

«Numa carta datada do 12 do corrente, o nosso correspondente de Turim diz que a evacuação das tropas francezas se suspendeu, e julga saber que um batalhão do 99.º regimento de infantaria recebeu ordem para se demorar em Genova.»

«Parcece que se exageraram os recursos pecuniarios de que dispunha Garibaldi, e o nosso correspondente cre que o dinheiro necessario para a sua expedição saiu da propria Italia; mas não é provavel que as subscrições abertas na Inglaterra, e cuja perfeita legalidade foi reconhecida pelo governo inglez, deixassem de prestar valioso auxilio aos expedicionarios. Em todo o caso, as subscrições e os alistamentos continuam na Italia.»

ROMA

Em Roma, continuam com a maior actividade os alistamentos de voluntarios. Os alistados austriacos são em numero de tres mil. O novo ministro da guerra e o general Lamoriciere desenvolvem o maior zelo para que o exercito pontificio se organize nas melhores condições possiveis.

No entanto as tropas francezas não retiram de Roma, e continuam offerecendo o singular espectáculo de um corpo de exercito, que, impassivel, presenciam, sem tomar parte n'ella, a grande animação que hoje se nota n'esta capital. (*El Occidente*.)

NAPOLES

Um jornal de Londres acrescenta os seguintes promoveos aos que já temos publicado relativamente á expedição de Garibaldi:

«Garibaldi apenas leva 4:000 espingardas, e 30:000 francos em dinheiro. Esta quantia não é proveniente da subscrição para o milhão de espingardas: foi offerecida particularmente por um banqueiro de Milão. As commissões, que ultimamente se organisaram, prometteram subministrar, no prazo de oito dias, 100:000 francos. Entre os nomes dos individuos, que acompanham Garibaldi, citam-se o coronel Medici, Turi, o conde Zeleky, Sistori de Veneza, etc., etc.»

(*La Correspondencia de Espana*.)

INGLATERRA

Temos á vista a interpegação de sir Grant Duff,

relativamente ás subscrições que se abriram na Inglaterra a favor da Sicilia. O deputado inglez disse que professava a maior sympathia pela insurreição, e que só a titulo de esclarecimento perguntava ao ministerio, se essas subscrições eram illegaes, e se podiam dar logar a um processo judicial.

O ministro competente respondeu o seguinte: «O unico estatuto que se pôde invocar n'esta materia é o 59.º do reinado de Jorge III, chamado o estatuto dos alistamentos para o serviço estrangeiro. Ora este estatuto prohibe duas cousas: o alistamento de soldados, e o armamento de navios de guerra, para um paiz estrangeiro.» O estatuto não diz uma só palavra acerca das subscrições. Qualquer individuo que quizer metter a mão na algibeira, e tirar dinheiro para o dar a outro, que se comprometta a manda-lo para Genova, a fim de ser posto á disposição do general Garibaldi, pratica uma acção que não é prohibida por lei alguma do paiz. (*Presse*.)

MARROCOS

N'uma correspondencia de Tetuão lê-se o seguinte:

«Parcece que um primo do actual imperador de Marrocos pretende revoltar-se contra este, recorrendo ás armas, a fim de fazer valer os seus direitos ao throno. É de raça branca, e conta com maior numero de partidarios do que o actual imperador, que é mulato.»

«Diz-se que o imperador augmentou as guarnições de Fez e Mequinez, bem como a de Tafilete.

«O pretendente á coroa é aquelle a quem verdadeiramente compete o throno vago por morte do imperador anterior. É isto o que dá logar á guerra civil.» (*El Occidente*.)

MEXICO

Consta pelas ultimas noticias do Mexico, que Miramon, acompanhado por 1:800 homens, chegou no dia 17 de abril á capital, onde foi recebido por salvas de artilheria, e por outras demonstrações. O governo não tem dinheiro, e contrahiu por toda a parte emprestimos forçados. (*Morning-Advertiser*.)

RIO DA PRATA

São satisfactorias as noticias recebidas do Rio da Prata, pelo ultimo correio. Em Buenos-Ayres, o commercio era activo, e tinham-se feito muitas transacções, tanto de importações como de exportações.

Tinha terminado a eleição annual para o renovoamento de metade das camaras; o partido liberal teve maioria. Suppunha-se que a presente legislatura nomearia o general Mitra, governador de Buenos-Ayres. Esta eleição devia ter logar no dia 1 de maio corrente. Notavam-se melhoramentos sensiveis em todos os estados da confederação, e esperava-se que o restabelecimento da paz d'esse um poderoso impulso á industria e ao espirito da empresa.

PARAGUAY

N'esta republica continuavam com a maior actividade os trabalhos de construção dos caminhos de ferro, pelos pontos mais productivos. O commercio prosperava e o numero dos navios inscriptos, foi em fevereiro, cincoenta por cento mais consideravel do que no periodo correspondente do anno ultimo.

O governo tinha publicado um decreto contra a emissão das notas falsas, e conseguiu descobrir alguns criminosos. (*Morning-Post*.)

CHINA

N'uma correspondencia de Hong-Kong, datada de 30 de março ultimo, lê-se o seguinte:

«.....Continuam em grande escala os preparativos para a expedição anglo-franceza. Todos os dias se reúnem provisões de todo o genero, e acabam de ser comprados mais 4:000 cavallos. Nota-se a mesma actividade nos chinezes. Affirma-se que elles collocaram grande numero de machinas infernaes no fundo do rio Pei-Ho, sobretudo nas proximidades de Tientsin. Estas machinas consistem em grandes caixas cheias de pólvora e ballas, e que rebentam ao mais leve attrito. Os chinezes parecem depositar inteira confiança nos seus preparativos, e sustentam que nenhum francez ou inglez regressará á Europa.»

«No interior da China, a insurreição, de dia para dia, se torna mais ameaçadora. Muitos revoltosos se têm aproximado de Cantão, e recia-se que elles ataquem a cidade. Nota-se que o governo de Pekin, desde certa epocha, nas suas allusões aos revoltosos, adopta uma linguagem menos violenta. Não lhes chama, como d'antes, ladrões e assassinos.»

«O jornal official de Pekin, dando noticia do movimento dos revoltosos, diz que são homens que se apropriam, para seu uso pessoal, das cousas que pertencem aos hollandezes, no Japão, mr. Polsbrock, reclama do governo japonês uma indemnisação de 20:000 dollars para as familias dos dois hollandezes que foram ultimamente assassinados em Yeddo.»

(*La Patrie*.)

—Não obstante ter já chegado a Shanghai o general Montauban, commandante em chefe da expedição franceza na China, as operações só poderão começar no proximo mez de junho, porque se esperam ainda cavallos de Manilha e do Japão, para onde partiram commissarios encarregados de os comprar. Em Shanghai o commercio está de todo paralisado, attento o estado de agitação causado pelos acontecimentos que se preparam.

(*La Correspondencia de Espana*.)

NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	757,03	16,8	50,6	NNO.
3 t.	757,69	18,5	50,4	NO.

DIA 18.

Maxima—temperatura.....	18,8 C.
Minima.....	13,2
Ozone (de noite).....	9,5
Chuva (de dia).....	4,5
Chuva (udometro).....	12,2 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	7,0
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 19 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Charls, brigue inglez, capitão T. Hanrahan, da Terra Nova em 14 dias, com bacalhau, a M. Walsh & C.; 10 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

Indian Queen, lugre inglez, capitão C. Hodgson, de New York em 25 dias, com aduella, aguaraz, e mais generos, a J. de Brito; 10 pessoas de tri-

pulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas e meia da noite.

Triumpho do Guadiana, hiate portuguez, mestre M. R. Sena, de Villa Real de Santo Antonio em 4 dias, em lastro; 9 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim, marítimo, portuguez; Manuel Gonçalves, mineiro, hespanhol.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Jean van Eyck, brigue belga, capitão M. van Groenendaal, para Ostende, com sal; 11 pessoas de tripulação. Foi registrado hontem, e safu hoje, tendo-se demorado na encadê de Paço d'Arcos.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S. e Silva, para Sines, com farinha e milho; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: José Antonio, militar; Joanna Thezeza; portuguezes.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Stork, escuna ingleza, capitão S. Fitzwater, para Londres, com batata e fruta; 9 pessoas de tripulação.

Elzina Jantina, galeota hollandeza, capitão F. K. Dyk, para Hamburgo, com azeite e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 25 pessoas de tripulação, e 134 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 19 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 18 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 17

Entradas.—Portuguezes, barcas, *Paquete do Rio Grande*, do Rio Grande do Sul em 67 dias; *União*, de Lisboa em 2 dias; hiate S. João Baptista, de Setubal em 3 dias; cabique *Senhor do Bom Fim*, de Cezimbra em 3 dias; bateira *Olho Vivo*, de Villa do Conde em 2 dias.

Galeota hollandeza *Hoop*, de Amsterdam em 17 dias.

Saiu o vapor portuguez *Lisboa*, para Lisboa.

O vapor de guerra portuguez *Lynee* navegou para o norte.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

De Caminha, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento ONO.—Mar agitado.

De Vianna do Castello, do dia 17

Entrou o hiate *Oliveira*, de Lisboa, com sal.

Não saiu embarcação alguma.

De Aveiro, do dia 17

Entrou a rasca portugueza *Conceição de Aveiro*, do Porto em 2 dias, em lastro.

Mar agitado.—Vento SE.

Da Figueira, do dia 17

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está agitado.—Vento SSO., SO. fresco com signaes de chuva.

De Ericeira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Faro, do dia 17

Entrou o hiate *Vencedor*, de Lisboa, com cereaes.

Não saiu embarcação alguma.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o brigue inglez *William*, para Liverpool, com mineral.

Não se avista embarcação alguma.

O mar está bom. Vento variavel.

De Tavira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N. de manhã, agora OSO. fresco.

De Setubal, do dia 17

Saidas.—brigue sueco *Gottfred*, para Malmö, com sal; escuna ingleza *Sorak*, para Londres, com cortiça.

Não entrou embarcação alguma.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 18 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 19 de maio.—3 por cento differido a 37,15.

Bolsa de Paris, em 19 de maio.—3 por cento francez a 69,25—4½ dito a 95,20.

Bolsa de Londres, em 19 de maio.—Consolidados de 94⅞ a 95.

AVISOS

ASYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este estabelecimento, tendo recebido a generosa offerta do ill.º sr. João Vicente de Almeida, de Benavente, de uma praça completa dos seus melhores touros, para serem corridos gratuitamente no primeiro beneficio a favor d'esto asylo, n'este anno, se apressa a dar um publico testimonio do seu maior agradecimento ao mesmo sr. João Vicente de Almeida, não só pela importancia d'este seu tão valioso donativo, mas igualmente porque, tendo-se este cavalleiro negado constantemente a contratar o seu excellentissimo gado para diversas praças, sómente o quiz conceder para um acto de pura beneficencia, e o que ainda o torna mais acre